

**EXCELENTÍSSIMO (A) SENHOR (A) DOUTOR (A) JUIZ (A) DE
DIREITO DA ____ VARA CÍVEL DE ARACAJU/SERGIPE**

OTAVIO KAIQUE SANTOS DE JESUS, brasileiro, solteiro, menor representado por sua genitora **CLEIDIANE SANTOS DE JESUS**, brasileira, solteira, estudante com RG 3.285.420-0 E CPF. 072.310.475-13, ambos residentes a rua Carlos Alberto Garcia Leite, nº 36, Taíçoca de Fora, Socorro /SE, CEP 49160-000, vem por seu procurador com endereço ao rodapé e instrumento procuratório anexo, propor

AÇÃO DE COBRANÇA

Em desfavor da **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DE SEGURO DPVAT**, pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ sob nº 09.248.608/0001-04, com endereço na Rua Senador Dantas, nº 74, 5º andar, centro, Rio de Janeiro, CEP, nº 20031-205, pelos motivos de fato e de direito a seguir expostos:

I- PRELIMINARMENTE– DA JUSTIÇA GRATUITA

Requer a Vossa Excelência os benefícios da Assistência Judiciária gratuita, por ser pessoa reconhecidamente pobre, na acepção do termo, sem poder arcar com as despesas processuais, haja vista que acidentado veio a óbito, deixando o menor e a genitora que encontra-se desempregada tentando sustentar seu filho.

AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA. INCOMPATIBILIDADE ENTRE O TEXTO LEGAL E O PRECEITO CONSTITUCIONAL. SIMPLES DECLARAÇÃO NA PETIÇÃO INICIAL. A declaração de insuficiência de recursos e documento hábil para o deferimento do benefício da assistência judiciária gratuita, mormente quando não impugnada pela parte contrária, a quem cumpre o onus da prova capaz de desconstituir o direito postulado. Incompatibilidade entre o texto legal e o preceito constitucional. Inexistência. Agravo regimental improvido. (STF - AI-AgR: 136910 RS, Relator: MAURÍCIO CORRÊA, Data de Julgamento: 26/06/1995, SEGUNDA TURMA, Data de Publicação: DJ 22-09-1995 PP-30598 EMENT VOL-01801-04 PP-00738). [Original não ostenta os grifos].

II- DO INTERESSE DE AGIR

O interesse de agir está presente conforme preceitua o artigo 5º, inciso XXXV da Constituição Federal Brasileira. Vê-se também a desnecessidade de esgotamento da esfera administrativa no tocante ao pleito de Seguro de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres, sendo certo que não é requisito essencial para propositura da presente desta demanda, bastando, para tanto, que a exordial traga em seu bojo as hipóteses previstas nos artigos 319 e 320 do Código de Processo Civil. Como é o caso da Ação.

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

(..);

XXXV - a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito.

XXXVI - a lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada [O original não ostenta os grifos].

O STJ adota o entendimento do artigo supracitado em sua súmula 89, senão vejamos:

Súmula 89 - A ação acidentaria prescinde do exaurimento da via administrativa.

Vejamos a jurisprudência do STJ:

RESP - PROCESSUAL CIVIL - AÇÃO ACIDENTÁRIA - PROPOSITURA - VIA ADMINISTRATIVA - ACESSO AO JUDICIÁRIO - Ação pressupõe pretensão resistida. O acidentado não está obrigado a esgotar a via administrativa para ingressar em juízo. O art. 14, da lei n.6.367/76 é comando dirigido à empresa. Necessário dar ao Instituto notícia do infortúnio. Só assim, será caracterizada eventual resistência (não se confunde com a obrigação de exaurir o debate administrativo), pressuposto do interesse de agir. Distintos, pois, o debate prévio na via administrativa e a notícia do fato. O acesso ao Judiciário, como no caso dos autos, é penoso para o acidentado; tem dificuldade de acesso também ao Instituto (deslocamento, filas). Raciocínio de Justiça material recomenda afastar deduções doutrinárias e técnicas. (STJ - REsp: 33615 RJ 1993/0008666-9, Relator: Ministro LUIZ VICENTE CERNICCHIARO, Data de Julgamento: 27/04/1993, T6 - SEXTA TURMA, Data de Publicação: DJ 17/05/1993 p. 9377). [Grifo nosso].

O Tribunal de Justiça de Sergipe tem o mesmo entendimento supra:

APELAÇÃO CÍVEL - SEGURO OBRIGATÓRIO - DPVAT - RESPONSABILIDADE CIVIL - AUSÊNCIA DE INTERESSE DE AGIR AFASTADA - A parte autora não está condicionada a qualquer óbice de cunho administrativo para exercício de seu direito,

bastando apenas que estejam preenchidas as condições da ação para ingressar em Juízo - SENTENÇA DESCONSTITUÍDA – PROSEGUIMENTO DO FEITO - APELO CONHECIDO E PROVIDO.

(Apelação Nº 201400718208, 1ª CÂMARA CÍVEL, Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe, OSÓRIO DE ARAÚJO RAMOS FILHO , RELATOR, Julgado em 21/10/2014). [grifo nosso].

Dessa forma, é plenamente legítima provocar a inércia do Poder Judiciário, sem esgotar via administrativa para compelir a Seguradora Líder dos Consórcios de Seguro DPVAT a pagar ao Requerente uma indenização pela morte ocorrida no acidente.

III- DOS FATOS

Trata-se de acidente de trânsito ocorrido no dia 14/04/2018, as 18:00 hs, onde o autor trafegava em uma motocicleta, placa MVA4206, na Rodovia SE-160, próximo ao povoado Bomfim estrada de Divina Pastora/SE.

O acidente ocorreu no momento em que a motocicleta conduzida por Samuel dos Santos Sousa colidiu com um poste e o levou a morte instantânea. Devido ao acidente a população solicitou o SAMU, mas o corpo foi retirado por IML.

O trágico acidente, causou insuficiência respiratória aguda, contusão pulmonar e ação contundente ao autor, tendo vindo a óbito. Certidão de óbito com registro nº 110536 01 55 2018 4 00004 088 0000396-15.

Desse modo, salienta-se que os documentos anexados aos autos dão conta de provar a morte, como também o herdeiro do de cujus.

No mais, tendo em vista o grave acidente automobilístico de que fora vítima, é o bastante para que seja pago o valor máximo de R\$ 13.500,00 (treze mil quinhentos reais).

IV– DO MÉRITO 11.482/07 e 11.945/09

Excelência, com base na gravidade do acidente, que levou a morte o pai do autor, este Demandante faz jus ao pagamento integral da indenização do seguro DPVAT. Uma vez que não teve oportunidade de receber o pagamento administrativamente, devido a demasiada burocratização e exigibilidade da Seguradora Líder, justifica-se a propositura desta Demanda, concernente as provas, boletim de ocorrência, certidão de óbito e demais documentos em anexo.

Nesse íterim, impõe o inciso II do artigo 8º da Lei 11.482/07, determinando que em caso de morte o beneficiário deve receber o valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).

Vejamos o art. 3º da Lei do DPVAT.

Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada: (Redação dada pela Lei nº 11.945, de 2009).

I - R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de morte; (Incluído pela Lei nº 11.482, de 2007)

II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente; e (Incluído pela Lei nº 11.482, de 2007)

III - até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) - como reembolso à vítima - no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas. (Incluído pela Lei nº 11.482, de 2007)

Dessa forma também entende o Egrégio TJ/SE, vejamos:

Apelação Cível – Seguro obrigatório DPVAT – Acidente ocorrido em 24 de fevereiro de 2004, antes da edição da Medida Provisória 451/2008 – Preliminares de prescrição do direito da autora e falta de interesse de agir afastadas – Desnecessidade de nova prova pericial - Invalidez total e permanente da autora constatada por perícia judicial – Indenização devida no valor de R\$ 13.500,00 – Juros de mora correm desde a citação - Correção monetária incide a partir do evento danoso – Súmulas 43, 278 e 426 do STJ – Precedentes do STJ – Honorários sucumbenciais no quantum equivalente a 15% do valor da condenação - Sentença reformada parcialmente – Recurso conhecido e parcialmente provido. (Apelação Nº 201400711386, 1ª CÂMARA CÍVEL, Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe, ELVIRA MARIA DE ALMEIDA SILVA , JUIZ(A) CONVOCADO(A), Julgado em 16/06/2014). [Grifo nosso].

As Leis supra arguidas alteraram o artigo 3º da Lei 6.194 de 1974, com se verifica abaixo:

Art. 8º alterou - Os arts. 3º, 4º, 5º e 11º da Lei no 6.194, de 19 de dezembro de 1974, passam a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementares, nos valores que se seguem, por pessoa vitimada:

(...);

II – até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente;

Aponta o artigo 5º da Lei 6.194/1974:

Art . 5º - O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado.

Contudo, as provas carreadas aos autos é o suficiente para obter uma condenação da seguradora Ré, ao pagamento integral da indenização do seguro DPVAT, com fulcro nas Leis delineadas.

V– DOS REQUERIMENTOS

Diante do exposto, requer-se:

1. A concessão do benefício da justiça gratuita, nos termos da Lei 1.060/50, bem como no entendimento do STF - AI-AgR: 136910 RS , Relator: MAURÍCIO CORRÊA, Data de Julgamento: 26/06/1995, SEGUNDA TURMA, bem como o STJ, no Resp. nº 200390/SP, 5ª T, rel. Min. Edson Vidigal, j. 24.10.2000, v.u;

2. A citação da Reclamada para que compareça a audiência de conciliação a ser designada e, não sendo frutífera a composição, possa apresentar resposta

contestatória, sob pena de revelia e confissão quanto à matéria de fato alegada, bem como sua intimação para comparecer à audiência de conciliação, instrução e julgamento;

3. A procedência da presente Ação, para condenar a empresa Ré ao pagamento do seguro obrigatório (DPVAT), em benefício do Autor, no valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), acrescidos de juros e correção monetária desde o reconhecimento do evento danoso, nos termos da súmula 54 do STJ;

4. A condenação da Requerida ao pagamento das despesas processuais, bem como os honorários advocatícios no grau máximo, qual seja, em 20 % (vinte por cento), sobre o valor da condenação, nos termos do artigo 20 do Código de Processo Civil.

Protesta provar o alegado por meio de prova em direito admitida, especialmente pelos documentos inclusos, pericial e testemunhal.

Dá-se à causa o valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).

Termos em que.

Pede deferimento.

Aracaju/SE, 12 de dezembro de 2019.

FERNANDA ALVES MACHADO DE MATTOS

OAB/SE 7255

FLÁVIA REIS ADVOCACIA

PROCURAÇÃO

OUTORGANTE: Cláudio Santos de Jesus Representando Vitória Raquel Santos de Jesus
NACIONALIDADE: brasileira ESTADO: SP CIVIL: solteira
PROFISSÃO: estudante RG Nº: 3285420-0 CPF: 072340489-13
ENDEREÇO: Rua Carlos Alberto Garcia Lote 36 Taquara de São Manoel/SE
CEP Nº: 49100-000 TELEFONE: 99346-1080 / 999001350
MAIL: - x -

OUTORGADOS:

FLÁVIA DE JESUS REIS, brasileira, solteira, inscrita na OAB/SE nº 7.600, e CPF 036.570.665-51, com endereço para intimações e notificações na Rua Pacatuba, 254, sala 1007, bairro Centro, CEP: 49010-150, Aracaju/SE, telefone (79) 99925-6137, e-mail: advogadasff@gmail.com.

FERNANDA ALVES MACHADO DE MATTOS, brasileira, casada, inscrita na OAB/SE nº 7.255, e CPF 022.473.255-21, com endereço para intimações e notificações na Rua Pacatuba, 254, sala 1007, bairro Centro, CEP: 49010-150, Aracaju/SE, telefone (79) 99902-3332, e-mail: advogadasff@gmail.com.

PODERES: por este instrumento particular de procuração, constituo minha bastante procuradora a outorgada, concedendo-lhes os poderes da cláusula ad judicium et extra, para o foro em geral, e especialmente para: defesa processual, podendo, portanto, promover quaisquer medidas judiciais ou administrativas, em qualquer instância, assinar termo, substabelecer com ou sem reserva de poderes, e praticar ainda, todos e quaisquer atos necessários e convenientes ao bom e fiel desempenho deste mandato.

PODERES ESPECÍFICOS: A presente procuração outorga a Advogada acima descrita, os poderes para, em nome do outorgante, receber citação, confessar, reconhecer a procedência do pedido, transigir, desistir, renunciar ao direito sobre o qual se funda a ação, receber, dar quitação, firmar compromisso, pedir a justiça gratuita e assinar declaração de hipossuficiência econômica. (Em conformidade com a norma do art. 105 do NCPC15).

Os poderes específicos acima outorgados poderão (ou não poderão) ser substabelecidos.

Aracaju/SE, 18 de novembro de 2019.

Cláudio Santos de Jesus
OUTORGANTE

End.: Rua Pacatuba, 254, Ed. Paulo Figueiredo, sala 1007
Bairro Centro - Aracaju/SE. CEP: 49010-150 Tel.: (79) 99925-6137 / (79) 99902-33-32
E-mail: advogadasff@gmail.com

Aracaju, SE 27 de Abril de 2018

Pela presente a DISTRIBUIDORA COUBER LTDA, CNPJ 01.727.277/0001-83, situada a Rua Bahia, 191 – Siqueira Campos, Aracaju- Sergipe - CEP 49075-000, vem comunicar que relativo a morte por acidente do funcionário, **SAMUEL DOS SANTOS SOUSA**, que mantém na qualidade de Estipulante seguro de ACIDENTES PESSOAIS com a Seguradora TOKIO MARINE SEGURADORA SOB NR DE APÓLICE Ramo: 09.82 Apólice: 13767 COM VIGENCIA DE 01/09/2017 A 01/09/2018.

Que o referido funcionário não indicou beneficiários na apólice e que, portanto os herdeiros legais respeitando o novo Código Civil têm direito a receber a indenização.

Para tanto devem abrir o seu aviso de sinistro (morte accidental) através do telefone 0300 33 86546 junto a Tóquio Marine Seguradora para dar andamento no respectivo processo atendendo as solicitações do Segurador quanto a documentação necessária quando solicitado.

Informo apenas a titulo de conhecimento que os herdeiros legais têm o prazo de até três anos para fazer isto sob, pena de perda de direito sobre a indenização.

Cordialemente,



DISTRIBUIDORA COUBER LTDA



CIENTE

NOME: CLEIDIANE SANTOS DE JESUS

CPF: 072.310.475-13

FLÁVIA REIS ADVOCACIA

PROCURAÇÃO

OUTORGANTE: Cláudio Santos de Jesus Representando Vitória Raquel Santos de Jesus
NACIONALIDADE: brasileira ESTADO: Alagoas CPF: 1
PROFISSÃO: estudante RG Nº: 3285420-0 CPF: 1
Nº: 072340489-13
ENDEREÇO: Rua Carlos Alberto Garcia Lote 36 Taquara de Fria / Maceal/SE
CEP Nº: 49100-000 TELEFONE: 99346-1080 / 999001750
MAIL: - x -

OUTORGADOS:

FLÁVIA DE JESUS REIS, brasileira, solteira, inscrita na OAB/SE nº 7.600, e CPF 036.570.665-51, com endereço para intimações e notificações na Rua Pacatuba, 254, sala 1007, bairro Centro, CEP: 49010-150, Aracaju/SE, telefone (79) 99925-6137, e-mail: advogadasff@gmail.com.

FERNANDA ALVES MACHADO DE MATTOS, brasileira, casada, inscrita na OAB/SE nº 7.255, e CPF 022.473.255-21, com endereço para intimações e notificações na Rua Pacatuba, 254, sala 1007, bairro Centro, CEP: 49010-150, Aracaju/SE, telefone (79) 99902-3332, e-mail: advogadasff@gmail.com.

PODERES: por este instrumento particular de procuração, constituo minha bastante procuradora a outorgada, concedendo-lhes os poderes da cláusula ad judicium et extra, para o foro em geral, e especialmente para: defesa processual, podendo, portanto, promover quaisquer medidas judiciais ou administrativas, em qualquer instância, assinar termo, substabelecer com ou sem reserva de poderes, e praticar ainda, todos e quaisquer atos necessários e convenientes ao bom e fiel desempenho deste mandato.

PODERES ESPECÍFICOS: A presente procuração outorga a Advogada acima descrita, os poderes para, em nome do outorgante, receber citação, confessar, reconhecer a procedência do pedido, transigir, desistir, renunciar ao direito sobre o qual se funda a ação, receber, dar quitação, firmar compromisso, pedir a justiça gratuita e assinar declaração de hipossuficiência econômica. (Em conformidade com a norma do art. 105 do NCPC15).

Os poderes específicos acima outorgados poderão (ou não poderão) ser substabelecidos.

Aracaju/Se, 18 de novembro de 2019.

Cláudio Santos de Jesus
OUTORGANTE

End.: Rua Pacatuba, 254, Ed. Paulo Figueiredo, sala 1007
Bairro Centro - Aracaju/SE. CEP: 49010-150 Tel.: (79) 99925-6137 / (79) 99902-33-32
E-mail: advogadasff@gmail.com



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS

CERTIDÃO DE ÓBITO

NOME
SAMUEL DOS SANTOS SOUSA

CIV

000.016.335-40

MATRÍCULA

110536 01 55 2018 4 00004 088 0000396 - 15

SEXO
MASCULINO

COR
FADEA

ESTADO CIVIL E IDADE
SOLTEIRO, 25 ANOS

NATURALIDADE
RACHAUÍLO-SE

DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO
3564489 SSP-SE

ELEITOR
SEM

FILIAÇÃO E RESIDÊNCIA

1ª GENTTOR: MARIA ALVES DOS SANTOS
2ª GENTTOR: DANIEL DE SOUSA
RESIDÊNCIA: RUA CARLOS ALBERTO GARCIA LEITE, Nº 151, TAÇOCA EM FORA, NOSSA SENHORA DO SOCORRO-SE

DATA E HORA DE FALECIMENTO

QUATORZE DO MÊS DE ABRIL DO ANO DE DOIS MIL E DEZENTO ÀS 17:50

DIA MÊS ANO
14 04 2018

LOCAL DE FALECIMENTO

RODOVIA SE-160, DIVINA PASTORA-SE

CAUSA DA MORTE

INSUFICIÊNCIA RESPIRATÓRIA AGUDA; CONTUSÃO PULMONAR; AÇÃO CONTINENTE;

SEPULTAMENTO/CREMAÇÃO (município e cemitério, se conhecido)

CEMITÉRIO LOCAL DA CIDADE DE RACHAUÍLO-SE

DECLARANTE

JOSEIL DOS SANTOS SOUSA

NOME E NÚMERO DE DOCUMENTO DO MÉDICO QUE ATESTOU O ÓBITO

4912 - MÔNICA FERREIRA SANTANA

AVERBAÇÕES/ANOTAÇÕES A ACRESCEER

NOME DO OFÍCIO: OFÍCIO (ENCO) DO DISTRITO DE DIVINA PASTORA

ESCRIVENTE SUBSTITUTO: BIANCA MARIA MORAES ALVES

MUNICÍPIO: DIVINA PASTORA-SE

ENDEREÇO: PRAÇA DA MATRIZ, Nº 40 - BAIRRO: CENTRO

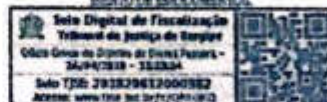
TELEFONE: 35-4029 1415

EMAIL:

O conteúdo da certidão é válido até: Dia 01 de Abril de 2019.

João Carlos Soares

REGISTRO DE ÓBITO (CERTIDÃO)



VÁLIDO COM O SELO
ELETRÔNICO

CARTÓRIO OFÍCIO (ENCO) DIVINA PASTORA
Bianca Maria Moraes Alves
Tabelião e Registradora Interina

ARPENBRASIL
BA 000727458 BRP



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS

CERTIDÃO DE NASCIMENTO

NOME
OTÁVIO KAIQUE SANTOS DE JESUS

CPF

102.180.515-73

MATRÍCULA

110460 01 55 2018 1 00081 095 0031422 - 52

DATA DE NASCIMENTO POR EXTENSO

VINTE E OITO DO MÊS DE FEVEREIRO DO ANO DE DOIS MIL E DEZOITO

DIA

28

MÊS

02

ANO

2018

HORA DE NASCIMENTO

12:35

NATURALIDADE

NOSSA SENHORA DO SOCORRO-SE

MUNICÍPIO DE REGISTRO E
UNIDADE DA FEDERAÇÃO

NOSSA SENHORA DO SOCORRO/SE

LOCAL, MUNICÍPIO DE NASCIMENTO E UF

HOSPITAL REGIONAL JOSÉ FRANCO SOBRINHO, NOSSA
SENHORA DO SOCORRO-SE

SEXO

MASCULINO

FILIAÇÃO

1º GENITOR: CLEIDIANE SANTOS DE JESUS, NATURAL DE APAJAU-SE, RESIDENTE E DOMICILIADO RUA CARLOS
ALBERTO GARCIA LEITE, Nº 157, TAIÇOCA DE FORA, NOSSA SENHORA DO SOCORRO-SE

2º GENITOR: SAMUEL DOS SANTOS SOUSA, NATURAL DE RIACHUELO-SE, RESIDENTE E DOMICILIADO RUA CARLOS
ALBERTO GARCIA LEITE, Nº 157, TAIÇOCA DE FORA, NOSSA SENHORA DO SOCORRO-SE

AVÓS

AVÓS 1º GENITOR: MARIA ELIENE DOS SANTOS, WOBSON DE JESUS

AVÓS 2º GENITOR: MARIA ALVES DOS SANTOS, DANIEL DE SOUSA

GÊMEOS

NÃO

NOME E MATRÍCULA DOS GÊMEOS

DATA DO REGISTRO POR EXTENSO

CINCO DO MÊS DE MARÇO DO ANO DE DOIS MIL E
DEZOITO

NÚMERO DA DNV/DECLARAÇÃO DE NASCIDO VIVO

307218/1790

AVERBAÇÕES/ANOTAÇÕES A ACRESCER

ATO REGISTRADO NO 3º OFÍCIO DA COMARCA DE N. SRA. DO SOCORRO - TERMO Nº 31422 - LIVRO A Nº 81 - FOLHA Nº
95. INSCRITO (A) NO CPF SOB Nº: 10218051573, CONFORME INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB Nº 1548/15. NATURALIDADE
DO REGISTRO (ARTIGO 54, §4º, DA LEI Nº 6.015/73): NOSSA SENHORA DO SOCORRO/SE

NOME DO OFÍCIO: 3º OFÍCIO DA COMARCA DE N. SRA. DO SOCORRO

OFICIAL REGISTRADOR: DAMARIS BEZERRA DA SILVA

MUNICÍPIO: NOSSA SENHORA DO SOCORRO-SE

ENDEREÇO: RUA 01, Nº 06, CONJUNTO JOÃO ALVES FILHO - COMPLEXO
TAIÇOCA DE FORA

TELEFONE: 079-3256-7856

EMAIL:

Italo Anselmo Santos
Escrevente
Cartório do 3º Ofício
Nossa Sra. do Socorro - SE

O conteúdo da certidão é verdadeiro. Dou fé.
NOSSA SENHORA DO SOCORRO, SE, 05 de Março de 2018.

Italo Anselmo Santos
Assinatura do Oficial

ISENTO DE EMOLUMENTOS.

Seio Digital de Fiscalização
Tribunal do Registro de Seguros
3º Ofício da Comarca de N. Sra. Socorro -
SE/01/2018 - 136637
Voto 1146 2018/0515001012
Assessor: Maria Fátima dos Santos



VALIDO SOMENTE
COM O SELO DIGITAL
DE AUTENTICIDADE

ARPENBRASIL AA 008842050 RRP

FLÁVIA REIS ADVOCACIA

PROCURAÇÃO

OUTORGANTE: Cláudio Santos de Jesus Representando Vitória Raquel Santos de Jesus
NACIONALIDADE: brasileira ESTADO: Alagoas CPF: 1
PROFISSÃO: estudante RG Nº: 3285420-0 CPF: 1
Nº: 072340489-13
ENDEREÇO: Rua Carlos Alberto Garcia Lote 36 Taquara de Fria / Maceio/SE
CEP Nº: 49100-000 TELEFONE: 99346-1080 / 999001750
MAIL: - x -

OUTORGADOS:

FLÁVIA DE JESUS REIS, brasileira, solteira, inscrita na OAB/SE nº 7.600, e CPF 036.570.665-51, com endereço para intimações e notificações na Rua Pacatuba, 254, sala 1007, bairro Centro, CEP: 49010-150, Aracaju/SE, telefone (79) 99925-6137, e-mail: advogadasff@gmail.com.

FERNANDA ALVES MACHADO DE MATTOS, brasileira, casada, inscrita na OAB/SE nº 7.255, e CPF 022.473.255-21, com endereço para intimações e notificações na Rua Pacatuba, 254, sala 1007, bairro Centro, CEP: 49010-150, Aracaju/SE, telefone (79) 99902-3332, e-mail: advogadasff@gmail.com.

PODERES: por este instrumento particular de procuração, constituo minha bastante procuradora a outorgada, concedendo-lhes os poderes da cláusula ad judicium et extra, para o foro em geral, e especialmente para: defesa processual, podendo, portanto, promover quaisquer medidas judiciais ou administrativas, em qualquer instância, assinar termo, substabelecer com ou sem reserva de poderes, e praticar ainda, todos e quaisquer atos necessários e convenientes ao bom e fiel desempenho deste mandato.

PODERES ESPECÍFICOS: A presente procuração outorga a Advogada acima descrita, os poderes para, em nome do outorgante, receber citação, confessar, reconhecer a procedência do pedido, transigir, desistir, renunciar ao direito sobre o qual se funda a ação, receber, dar quitação, firmar compromisso, pedir a justiça gratuita e assinar declaração de hipossuficiência econômica. (Em conformidade com a norma do art. 105 do NCPC15).

Os poderes específicos acima outorgados poderão (ou não poderão) ser substabelecidos.

Aracaju/Se, 18 de novembro de 2019.

Cláudio Santos de Jesus
OUTORGANTE

End.: Rua Pacatuba, 254, Ed. Paulo Figueiredo, sala 1007
Bairro Centro - Aracaju/SE. CEP: 49010-150 Tel.: (79) 99925-6137 / (79) 99902-33-32
E-mail: advogadasff@gmail.com

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 4.055.992-0 DATA DE EXPEDIÇÃO 03/07/2018

NOME OTAVIO KAIQUE SANTOS DE JESUS

FILIAÇÃO CLEIDIANE SANTOS DE JESUS

SAMUEL DOS SANTOS SOUSA

NATURALIDADE NOSSA SENHORA DO SOCORRO-SE DATA DE NASCIMENTO 28/02/2018

DOC ORIGEM CT. NASCIMENTO 11046001552018100081095003142252

CART 3 OF DIST COM NOSSA SENHORA DO SOCORRO-SE

CPF 102.180.515-73

ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 3.285.420-0 2.VIA DATA DE EXPEDIÇÃO 26/06/2013

NOME CLEIDIANE SANTOS DE JESUS

FILIAÇÃO WILSON DE JESUS

MARIA ELIENE DOS SANTOS

NATURALIDADE ARACATU-SE DATA DE NASCIMENTO 08/05/1992

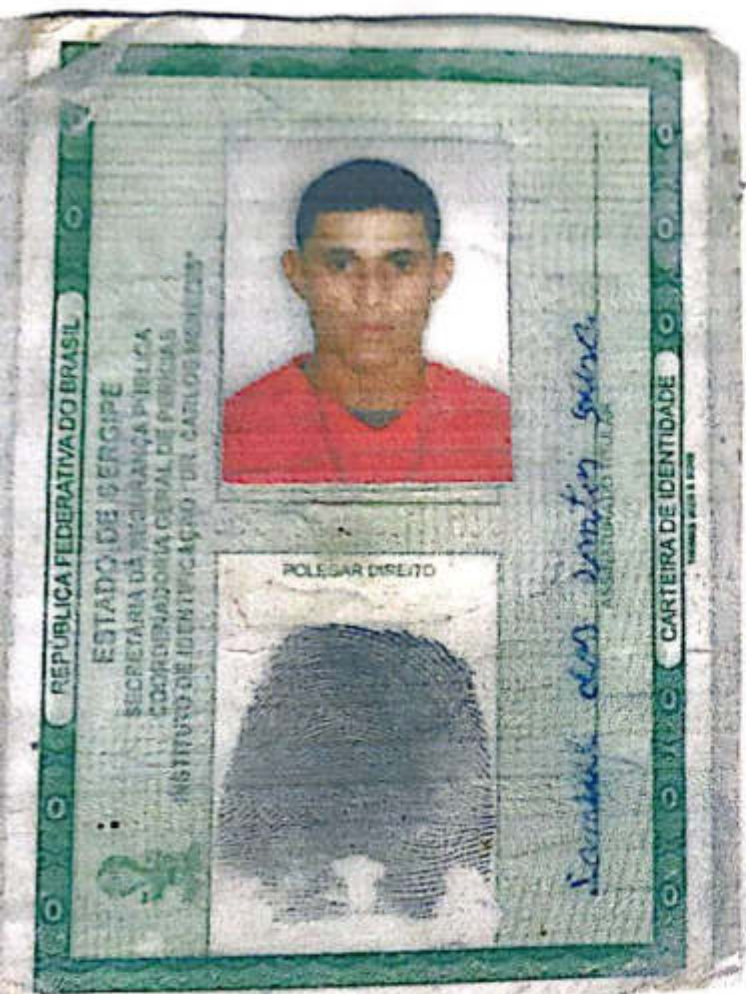
DOC ORIGEM CT. NASCIMENTO NR 25.395 LV A 023 FL 49

CPF CART DO 24 OFICIO DO DIST DA COM DE ARACATU/SE

072.310.475-13

ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83



TRABALHADOR

Esta é sua Carteira de Trabalho - CTPS, instituída pelo então Presidente Getúlio Vargas, por Intermediário do Decreto nº. 22.015 de 29.10.1937 e posteriormente reformulada pelo Decreto-lei nº 3.657 de 01.05.1943 que aprovou a LIT. Ela é o documento obrigatório para o exercício de qualquer emprego ou atividade profissional.

Nela deverão ser registrados todos os dados do Contrato de Trabalho, elementos básicos para o reconhecimento dos seus direitos perante a Justiça do Trabalho, bem como para a obtenção da aposentadoria e demais benefícios Previdenciários, garantindo, ainda, sua habilitação ao seguro desemprego e ao fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O conjunto de anotações contido neste documento e o seu estado de conservação espelham a conduta, a qualificação e as atividades profissionais do seu portador.

Pela sua importância e seu dever protegê-la e Cuidá-la, pois além de conter o registro da sua vida Profissional e a garantia da preservação e validade de seus direitos como trabalhador e cidadão, contribui para assegurar o seu futuro e de seus dependentes, tendo em vista também, como documento de identificação.

CONFECCIONADA COM RECURSOS DO
FAT - FUNDO DE APOIO AO TRABALHADOR.

VISITE O PORTAL ATE: WWW.MTE.GOV.BR

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO

CARTEIRA DE TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL

203.76793.69-0

0020803

0040

SE

Samuel dos Santos Sousa



QUALIFICAÇÃO CIVIL - BRASILEIRO



→ SAMUEL DOS SANTOS SOUSA

FILIAÇÃO..... DANIEL DE SOUSA
MARIA ALVES DOS SANTOS
NASCIMENTO..... 11/03/1993
SEXO: MASCULINO
ESTADO CIVIL..... SOLTEIRO
NATURALIDADE: RIACHUELO - SE
DOCUMENTO..... C. 1.36844699 06/06/2012 SSP SE
LEI Nº 9.049, DE 18 DE MAIO DE 1995
CPF..... 070.516.235-40
TIT. ELEITOR: 025789802194
ZONA: 008
LOCAL/DATA DE EMISSÃO: SRT/SE - 25/06/2012

Samuel dos Santos Sousa
CPF: 070.516.235-40
Assinatura do Titular

ASSINATURA DO TITULAR

ALTERAÇÃO DE IDENTIDADE

FILIAÇÃO.....

DATA DE NASC. DE ____ / ____ / ____ PARA ____ / ____ / ____
DOCUMENTO.....

ASSINATURA E CARIMBO DO SERVIDOR

NOME.....

DOCUMENTO.....

ASSINATURA E CARIMBO DO SERVIDOR

NOME.....

DOCUMENTO.....

ASSINATURA E CARIMBO DO SERVIDOR

NOME.....

DOCUMENTO.....

ASSINATURA E CARIMBO DO SERVIDOR

LEGENDA

A - CASAMENTO | C - DIVÓRCIO | E - RECONHECIMENTO DE PATERNIDADE | G - DATA DE NASCIMENTO
B - SEP. JUDICIAL | D - ADOÇÃO | F - MUDANÇA VOLUNTÁRIA



Poder Judiciário do Estado de Sergipe
2ª Vara Cível de Socorro

Nº Processo 201988102069 - Número Único: 0010513-31.2019.8.25.0053

Autor: OTAVIO KAIQUE SANTOS DE JESUS

Réu: SEGURADORA LIDER

Movimento: Despacho >> Mero Expediente

Defiro a gratuidade judiciária.

Cite-se a parte requerida para apresentar contestação, no prazo de 15 dias, sob pena de revelia, nos termos do art. 344 do CPC.

rsc



Documento assinado eletronicamente por **MARIA DIORLANDA CASTRO NÓBREGA, Juiz(a) de 2ª Vara Cível de Socorro**, em 17/05/2020, às 23:45:31, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico www.tjse.jus.br/portal/servicos/judiciais/autenticacao-de-documentos, mediante preenchimento do número de consulta pública **2020000919284-45**.
